

A alma e a consciência do arquivista: reflexões sobre o poder, a paixão e o positivismo de uma profissão missionária^{*1}

ADRIAN CUNNINGHAM

R E S U M O

Este artigo reflecte sobre a natureza e objetivos do trabalho arquivístico e as formas pelas quais é realizado, conjugando conceitos contraditórios de objectividade científica, positivismo, subjectividade, humanismo, desprendimento profissional e empenho missionário.

É abordada a tensão existente entre os códigos de ética profissionais e os valores individuais, defendendo-se a necessidade de os arquivistas questionarem as supostas certezas científicas e profissionais, particularmente quando estas entram em conflito com imperativos de natureza humana, social e cultural.

A B S T R A C T

This article reflects upon the nature and purpose of the archival endeavour and the ways in which the archival mission is informed by conflicting notions of scientific objectivity, positivism, subjectivity, humanism, professional detachment and crusading zeal. It explores the tensions between professional codes of ethics and individual value codes and argues the need for archivists to question supposed scientific and professional certainties, especially when these conflict with broader human, social and cultural imperatives.

PALAVRAS-CHAVE | DOCUMENTO | ARQUIVISTAS | PROFISSÃO | POSITIVISMO

* Tradução do inglês de Francisco Barbedo. O tradutor agradece a colaboração de Teresa Mouzinho e Vítor Fonseca.

«...todos esses belos sistemas, teorias explicativas... são apenas sofismas. Não existirá algo mais caro a quase todos os homens ...que seja mais importante e elevado que qualquer outro bem, e em defesa do qual cada indivíduo esteja pronto, se necessário for, para quebrar todas as leis – quer sejam contra a razão, honra, paz e tranquilidade, prosperidade – apenas para atingir esse valor máximo, mais precioso que todas as outras coisas?...»
(Fiodor Dostoyevsky, *Notes from Underground*, 1864)

«Conheço o melhor e o mais poderoso
Concedo-lhes o devido respeito
Mas a mais brilhante jóia dentro de mim
Cintila com prazer perante a minha própria estupidez»
(Howard Devoto, "A song from Under the Floorboards", 1980)

O TRABALHO ARQUIVÍSTICO: MISSÃO OU MITO?

Há muitos anos uma colega bibliotecária confidenciou-me achar difícil lidar com arquivistas por eles se revelarem tão "insolentes".

Entendi exactamente o que queria dizer. Reflecti na altura que, embora ninguém esteja a salvo de um arquivista insolente, os bibliotecários, mais do que qualquer outro profissional, arriscam-se a este tipo de tratamento. Isto porque muitos arquivistas, particularmente os da geração mais antiga, se irritam com a assumida ignorância, da maior parte dos bibliotecários, sobre as complexidades da proveniência, a importância da ordem original e a supremacia indiscutível dos documentos sobre a simples informação.

A indiferença e a condescendência são já suficientemente más, mas a incompreensão é intolerável. Reagir com um pouco de insolência é o mínimo que pode ser feito para equilibrar as coisas.

Esta estória é reveladora da natureza dos arquivistas. Apesar de termos tendência para alimentar complexos devido à nossa relativa invisibilidade (e quantos de nós não se irritaram já quando os meios de comunicação se referem irreflectidamente a um simples coleccionador de antiguidades como um arquivista), mantemos uma convicção inabalável no valor e significado

profundos da nossa profissão. Este empenhamento assenta num incontornável compromisso com a teoria e prática profissionais e naquilo que acreditamos ser a incontestável consequência da natureza científica dos seus princípios basilares.

Confrontados com generalizada ignorância, indiferença, filistinismo e crescente arrogância, encontramos força na convicção de que os nossos talentos específicos, conhecimentos e princípios éticos nos tornam elementos fundamentais para uma sociedade democrática e transparente. O facto de essa mesma sociedade raramente reconhecer o valor do nosso contributo e do nosso conhecimento é irritante e possivelmente explica em parte a nossa tendência para a "insolência" com os que deveriam reconhecer a importância do nosso papel e que normalmente não o fazem.

A certeza sobre a justeza e rigor da nossa missão – e os princípios basilares que nos guiam no seu cumprimento – podem eventualmente transmitir uma imagem de formalidade, de excessiva minúcia e de inflexível purismo. Pessoalmente, porém, prefiro fazer parte de uma profissão empenhada e entusiástica do que de outra que seja anódina, ambivalente e apática.

Porque motivo se caracteriza o trabalho arquivístico por esta curiosa mistura de pretensa objectividade científica e de emoções humanas primárias? Normalmente estes dois elementos não se misturam entre si. A ciência, presumivelmente, deveria ser desapaixonada, lógica, neutra e objectiva. Suspeito que isso se deve ao facto de sermos, antes e acima de tudo, apaixonados, ainda que nos sintamos de alguma maneira vulneráveis a acusações de subjectividade, de falta de clareza e de rigor e, ainda, à suspeita de que grande parte do nosso trabalho se deve à sorte, ao acaso e à intuição.

Será a tendência para nos refugiarmos e procurar conforto nos preceitos da ciência arquivística simplesmente uma tentativa de grangear reconhecimento e respeito? Ao transferirmos a paixão pelos objectos da nossa missão para os princípios teóricos e orientadores com que operamos estaremos a encobrir sob a capa da ciência, da objectividade, da certeza e do positivismo os nossos admiráveis mas por natureza imprevisíveis instintos humanos?

Muito do nosso empenho missionário pode provavelmente justificar-se pelo facto de o trabalho arquivístico ser extraordinariamente interessante, desafiador e recompensador. Sentimo-nos privilegiados por nos ser confiada a responsabilidade pelo valioso e insubstituível património documental

da sociedade. E, no entanto, esta, quando pensa em nós e no nosso trabalho, considera-nos eventualmente um grupo de rabugentos empoeirados e impertinentes. Continuamos, porém, conscientes da magnitude da missão que nos foi confiada em nome de uma comunidade que se revela em grande parte esquecida e ingrata. Na profunda convicção da importância da nossa profissão, temos consciência, usando as palavras de John FLECKNER, da «magnitude da ambição e responsabilidades da nossa profissão em contraste com o número minúsculo de pessoas que a exercem».²

Talvez a nossa questionável e exacerbada confiança nas presumíveis certezas científicas da teoria arquivística seja um mecanismo de defesa assumido por pessoas que, de outra forma, se poderiam sentir esmagadas pela dimensão da sua responsabilidade social?

Qual é o papel na sociedade que, pelo menos na nossa perspectiva, se reveste de tão grande importância? Em várias alturas, ao longo do tempo, designámo-nos ou fomos rotulados com títulos como:

- Artífices da História;
- Guardas/ Curadores/ Coveiros;
- Guardiões da História;
- Supressores da História;
- Guardiões da memória social e cultural;
- Modeladores da memória social e cultural;
- Documentadores da sociedade;
- Garantes da evidência essencial;
- Gestores de informação;
- Baluartes da responsabilização democrática;
- Produtores de normas/ vigias/ reguladores/ auditores;
- Contextualizadores.

Eventualmente a maior parte de nós assumiu se não todos pelo menos a maior parte destes rótulos. Talvez uma questão mais pertinente seja: a quem ou a quem servem os arquivistas? Algumas respostas possíveis incluem:

- O documento;
- A teoria arquivística;
- As organizações que pagam os nossos salários;
- A sociedade;

- As gerações presentes;
- As gerações futuras;
- Nós próprios.

Nenhuma destas respostas é exclusiva podendo todas estas possibilidades ocorrer simultaneamente, embora provavelmente grande parte de nós possa sentir relutância em admitir a última possibilidade.

Há alguns anos, ao abordar estes assuntos num contexto de confusão e ignorância generalizadas sobre o papel real dos arquivistas, a Sociedade Australiana de Arquivistas (ASA) subscreveu a seguinte declaração:

«A Missão do Arquivista

Os arquivistas garantem que os documentos que tenham valor como prova autêntica de actividades administrativas, organizacionais, culturais e intelectuais sejam criados, mantidos e utilizados. Este trabalho é essencial para assegurar a eficiência e responsabilização das organizações e para contribuir para a compreensão da vida australiana através da gestão e preservação da sua memória social e organizacional.»

Este texto palavroso e excessivamente amplo é propício à desconstrução. Nele são patentes diversos chavões arquivísticos tais como prova autêntica, responsabilização e memória, para citar apenas alguns.

Embora estes conceitos tenham presumivelmente para os arquivistas um significado concreto e específico, é menos claro o sentido que assumem para a comunidade em geral. Como se a magnitude de nossa tarefa não fosse já suficientemente ampla, esta declaração sugere que os arquivistas são, de alguma maneira, os únicos responsáveis pelo universo da memória individual, corporativa e social – uma tarefa que até o mais empenhado e destemido destes profissionais hesitaria em assumir na sua totalidade. Tal como Verne HARRIS salientou, os arquivistas podem apenas reclamar responsabilidade por um pedaço parcialmente descrito de um fragmento da janela para a memória privada e colectiva da experiência humana.³

Apesar desta prolixidade, há ainda muito sobre o papel da missão do arquivista que a declaração da ASA ignora. Discutivelmente, concentra-se demasiado nos "comos" e nos "ques" do trabalho arquivístico, ignorando a questão consideravelmente mais importante: porque fazemos o que fazemos.

Não refere, tão pouco, ser o nosso trabalho vital para o bem estar de uma sociedade democrática e esclarecida. Diria, usando as palavras de John FLECKNER, que os arquivos são bastiões de uma sociedade justa onde «os direitos dos indivíduos não são coagidos pelo tempo, tornando-se possível reverter as injustiças passadas» e onde «os documentos de arquivo possam servir como defesa dos cidadãos contra um governo autocrático»⁴

Serão estas afirmações meras figuras de retórica? O escândalo Irão-Contras e a Comissão Sul-Africana para a Verdade e a Reconciliação são exemplos em que documentos de arquivo constituíram meios de viabilizar a responsabilização social e legal, sendo tais resultados possíveis, no entanto, mais apesar de, do que graças aos esforços dos profissionais de arquivo. Para além destes felizes ou infelizes incidentes, existem incontáveis casos de fracassos da missão arquivística. Na Austrália, podemos referir como os mais notórios, o caso WA Inc., o caso Fitzgerald Inquiry e o caso Heiner⁵, para referir apenas três situações em que os arquivistas falharam clamorosamente na aplicação prática dos seus princípios tão ciosamente defendidos, normalmente como resultado da impotência e falta de apoio e compreensão da comunidade relativamente à corrupção disseminada no sector público.

Deveríamos ser modestos ou ambiciosos nas nossas aspirações? Será talvez preferível adoptar uma definição de missão mais aproximada do inspirado *haiku*⁶ de Verne HARRIS?

«Os arquivistas ajudam
a nossa sociedade a contar histórias
sobre si própria»

ou, alternativamente,

«Os arquivistas são zeladores
da alma e consciência
da humanidade»

O problema é que muitas outras profissões poderiam igualmente assumir as missões descritas nestes versos. A definição da ASA apesar de palavras tem pelo menos a vantagem de não ser confundida com os objectivos de qualquer outra profissão. Este facto leva-me a questionar o seguinte: ao investir na nossa singularidade, ter-nos-emos isolado numa ilha de irrelevância tecnocrática

em que as relações com o resto da sociedade se foram progressivamente diluindo através de um impenetrável jargão técnico?

Não pretendo ter respostas a estas perguntas. O meu propósito ao introduzir esta linha de debate é simplesmente levantar questões que talvez devamos analisar mais assiduamente.

A INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA E AS EMOÇÕES HUMANAS

Os documentos de arquivo são produzidos enquanto meios de conduzir e/ou recordar actividades. São criados com objectivos pragmáticos ou simbólicos – como viabilizadores e prova de experiências e actividades, como auxílio da memória e/ou artefactos. Alguns desses documentos serão conscientemente retidos na condição de arquivos para referência futura com o fim de transmitir essas mesmas actividades e experiências através do tempo. Autores como James O'TOOLE e Sue McKEMMISH afirmam que as pessoas sempre evidenciaram através do tempo tendência para guardar e transportar testemunhos⁷. As pessoas são a soma das suas memórias. A natureza da sua interacção com outros seres humanos, na realidade a sua verdadeira identidade, é determinada pelas suas memórias. Embora a memória seja uma estrutura cognitiva, como seres racionais aprendemos a confiar, pelo menos até um certo ponto, na palavra escrita para documentar, expressar e suplementar os processos cognitivos. Estes, por seu turno, dão significado aos arquivos para que – tal como Jacques DERRIDA afirma, o arquivo não fala por si – os utilizadores possam neles inscrever as suas próprias interpretações.⁸

Quando esses impulsos ultrapassam a esfera meramente pessoal assumindo objectivos eminentemente colectivos e sociais, os arquivos assim preservados passam a revestir-se de um carácter mais formal tornando-se parte de um programa ou de uma instituição. Esta institucionalização do documento, que DERRIDA designa de "domiciliação" ou "*house arrest*", determina a passagem da informação do domínio privado para o domínio público.⁹

Existem diversos motivos para que os documentos sejam institucionalizados desta forma:

- As organizações necessitam de conservar os seus arquivos para cumprir

as suas obrigações legais, proteger e promover os seus direitos e títulos e preservar a memória organizacional das decisões e actividades ao longo do tempo de forma a suportar futuras tomadas de decisão e a sua própria continuidade organizacional.

- As comunidades, em que se incluem as nações, preservam os arquivos como meio de lembrar e manter as relações com o seu passado e origem. Há muitas variações subtis e complexas que determinam este tipo de institucionalização da memória. DERRIDA refere-se a este desejo de possuir o passado como «febre arquivística»¹⁰. Menos cinicamente, Eric KETELAAR descreve os arquivos como «máquinas de tempo» – «uma ponte para o passado»¹¹. Outros referem a necessidade de capturar e reter as vozes ancestrais ou ouvir os murmúrios das almas que há muito tempo partiram¹². Ao desempenhar este papel as instituições de arquivo partilham objectivos comuns com outras instituições culturais e da memória como por exemplo os museus.

- Da mesma forma, as comunidades e nações frequentemente criam arquivos para informar, esclarecer, educar e mesmo entreter. Relacionado com isto está a necessidade colectiva de assumir e controlar as histórias sobre o passado e a origem de uma comunidade. Os arquivos muitas vezes são mantidos como meios de expressar, sustentar e preservar o consenso unificador de um grupo quanto à sua identidade, forjada sobre uma história comum – ou alternativamente documentar as articulações concorrentes da identidade e pluralidade desse mesmo grupo.

- As organizações e comunidades mantêm arquivos pelo seu simbolismo. Os objectos armazenados nos arquivos podem ser investidos de, e veicular, um enorme significado simbólico¹³. A criação de um arquivo nacional pode ser significativo como meio de fortalecimento e memorização no contexto da edificação de uma nação¹⁴. Em contrapartida, esse forte simbolismo dos arquivos e dos seus conteúdos pode transformá-los em locais de criação e perpetuação de mitos.¹⁵ Governantes ou dirigentes poderosos frequentemente estabelecem arquivos como monumentos simbólicos do seu próprio poder para assim controlar e desenvolver actividades que mitifiquem e consagrem as suas próprias realizações.¹⁶

- Líderes influentes criam arquivos não apenas como monumentos simbólicos da sua grandeza, mas também como forma de legitimação, reforço e prolongamento

do seu poder.¹⁸ Os contratos, tratados e documentos de constituição aí conservados possibilitam a legitimação do poder de forma legal e evidencial, ao mesmo tempo que a informação sobre os indivíduos, as suas relações e actividades pode ser utilizada através do exercício de controlo para perpetuação do seu domínio e poder. Além disto, e porque os arquivos influenciam a memória selectiva, constituem uma fonte de poder de enorme utilidade para governos autocráticos. Para controlar o passado, decidir o que deverá ser esquecido é tão importante como escolher o que deverá ser lembrado.¹⁷ Nas palavras de Antoinette BURTON, «a história do arquivo é a história da perda».¹⁸

- Nas sociedades democráticas, ao contrário, espera-se que os arquivos facultem meios de responsabilização democrática como forma de proteger os cidadãos da má administração, da corrupção e da autocracia.¹⁹ Além de, ou talvez em vez de, proteger os direitos e títulos dos governantes, estes arquivos devem inerentemente proteger os títulos e direitos dos governados.

Estas razões para a existência de arquivos não são mutuamente exclusivas, devendo a maior parte destas instituições a sua existência a uma combinação de todas essas razões. Efectivamente, vários Arquivos debatem-se, consciente ou inconscientemente, com as ambiguidades, complementaridades e contradições ocasionadas por servirem, implícita ou explicitamente, a objectivos divergentes. Serão os arquivos parte do governo ou uma forma de sobre ele exercer controlo? Os arquivos públicos existem para servir as necessidades legais e administrativas do governo e/ou de um país ou funcionam primariamente como instituições culturais e de preservação da memória? Qual a inter-relação entre os papéis simbólicos e estas funções e mandatos? Mais importante ainda, que factores influenciam na prática as respostas a estes dilemas e quais as consequências de cada uma delas?

A forma de responder a estas interrogações depende dos valores e perspectivas de cada um de nós. Do meu ponto de vista, os melhores arquivos são os que servem os amplos objectivos sociais, culturais e de responsabilidade democrática. Vemos, no entanto, que estes arquivos frequentemente lutam para ser bem sucedidos ou simplesmente sobreviver no âmbito de um sector governamental que atribui escasso valor aos seus objectivos. Em ambientes menos democráticos e mais controlados, os arquivos que servem o estrito leque de propósitos exclusivamente económicos, legais, políticos e simbólicos da elite governativa

usufruem normalmente de maior financiamento, apoio e mecenato. Mas, como vimos, as circunstâncias podem mudar. Independentemente da sua natureza, a existência de arquivos é preferível à sua ausência e aqueles que hoje servem um conjunto limitado de interesses do poder, poderão vir a ser futuramente repensados para servir um leque mais abrangente de interesses sociais e democráticos. O aspecto essencial reside na necessidade de os arquivistas terem consciência dos papéis que desempenham e na atenção e sensibilidade que devem disponibilizar às dinâmicas sociais e políticas em que operam. Os arquivistas deveriam estar sempre aptos a tirar proveito das circunstâncias de mudança que possam permitir aos seus arquivos servir os poderes institucionalizados de forma mais plural, democrática e socialmente participativa.

ARQUIVISTA, SÊ HONESTO CONTIGO MESMO!

O meu segundo *haiku* leva-me a considerar outra via de reflexão: antes de se pretender zelar pela alma e consciência humanas temos primeiro de aprender a educar as nossas próprias. Para esta via de pensamento, devo reconhecer a minha profunda dívida aos textos inspiradores de Verne HARRIS,²⁰

Apesar de admirar e me regozijar com a paixão, o empenho e a exaltação intelectual que caracteriza o trabalho e o discurso dos arquivistas, perturba-me a natureza positivista de muitas das suas suposições e estruturas epistemológicas. Sinto-me igualmente desconcertado com a natureza irreflectida do discurso que empreendemos relativamente a aspectos tão importantes quanto à possibilidade dos documentos serem instrumentos de opressão e de domínio ou se, ao contrário, constituem meios viabilizadores da representatividade democrática ou ainda se acumulam os dois papéis e, em caso afirmativo, quando, porquê e como.

Precisamos de desenvolver uma maior auto-consciência da natureza social e culturalmente reificada da teoria arquivística. É necessário identificar e explorar tanto os benefícios como as desvantagens que essa construção confere à nossa profissão. Em suma, não devemos recuar ser mais críticos e procurar questionar as nossas ortodoxias fundamentais.

Gostaria de dar um exemplo do género de "vendas" epistemológicas que muitas vezes usamos. Sou presentemente o coordenador do projecto de história oral da Sociedade dos Arquivistas Australianos. Apesar de os documentos da Sociedade se encontrarem num estado impecável sob os pontos de vista da sua organização

e integridade²¹, o seu Conselho decidiu, há alguns anos, investir numa iniciativa de história oral de forma a recuperar uma perspectiva complementar da nossa existência (e experiência). Muitos membros antigos e recentes da ASA colaboraram de forma voluntária e entusiástica com este projecto. Alguns, no entanto, mostraram-se desdenhosos deste esforço. Um deles chegou mesmo a classificar tal iniciativa como "história ersatz" invocando o mito "jenkinsoniano" de que apenas os documentos terão a capacidade de revelar o que realmente aconteceu.

Colocar o documento acima de qualquer outra fonte de memória, evidência e oralidade empobrece-nos a todos e torna-nos simplesmente tolos aos olhos da comunidade em geral.

O documento não é um fim em si mesmo, nem tão pouco, como DERRIDA nos lembra, pode falar por si próprio.²² O documento pode apenas falar enquanto parte de um diálogo contextualizado. Na medida em que existe um infinito número de contextos para qualquer documento, consequentemente, existe um infinito número de diálogos possíveis.

Não pretendo com isto dizer que a teoria arquivística de *per se* está errada, embora tenha grandes dúvidas sobre grande parte dela especialmente a que se deve a Hillary JENKINSON ou às chamadas versões "neo-jenkinsonianas"²³. Temos, no entanto, que estar cientes das limitações inerentes a qualquer teoria. Embora sem nos deixarmos debilitar pelas nossas próprias dúvidas temos de estar preparados para nutrir e aceitar a heresia, a contra-ortodoxia e as posições marginais. Não o fazer significa estagnar. Até mesmo os cruzados deveriam, ocasionalmente, permitir-se sentir alguma angústia existencial e empenhar-se em esporádicos exercícios de desconstrução metafísica. É perigoso assumir sempre certezas e razões absolutas.

Acima de tudo, não nos devemos deixar atemorizar pelas aparentes certezas científicas permitindo que camadas de teoria artificialmente construída, profissionalismo e códigos de ética herdados apaguem a nossa essencial humanidade. Alturas há em que devemos ouvir a nossa alma e consciência, mesmo que isso signifique questionar ou ocasionalmente pôr de parte os preceitos positivistas e rígidos da nossa prática profissional. Não devemos igualmente perder de vista os valores que provavelmente, e desde o início, nos atraíram no trabalho arquivístico – o sentido de compromisso com a maravilhosa profundidade e riqueza da experiência humana em toda

a sua complexidade e idiossincrasia através da preservação e acessibilização dos seus vestígios documentais. O sentido que, de algum modo, as almas das pessoas já desaparecidas podem ainda ecoar através dos artefactos escritos das suas vidas; a convicção que podemos discernir as motivações e os mais ocultos pensamentos dos grupos e dos indivíduos através da evidência de conduta dos seus negócios que consciente ou subconscientemente foram mantidos para referência futura.

Estou portanto eternamente agradecido a Verne HARRIS, o mais humano dos arquivistas humanistas, pelo admirável conjunto de textos que produziu. Dos seus muitos contributos e provocações, talvez o mais significativo tenha sido lembrar-nos que, embora o documento possa ser um mestre severo, a nossa condição humana impõe-nos valores mais altos que por vezes nos deveriam levar a colocar os seus imperativos teóricos em segundo lugar.

A quem ou a quê realmente servimos?

NOTAS

¹ Agradeço a Terry Cook pelos seus comentários e sugestões sobre a primeira versão deste artigo. Quaisquer falhas que persistam são naturalmente da minha inteira responsabilidade.

² John A. FLECKNER – "Dear Mary Jane. Some Reflections on Being an Archivist". *American Archivist*, 54, Winter 1991, p. 13.

³ Verne HARRIS – "Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa". *Archivaria* 44, Fall 1997, p. 137.

⁴ FLECKNER, op. cit., p. 12.

⁵ Sobre o escândalo 'WA Inc' ver Bob SHARMAN – "The Hollow Crown". *Archives and Manuscripts*, vol. 21, n.º 2, Nov. 1993, p. 196-207; sobre o caso Heiner ver Chris Hurley "The Shredding of the Heiner Documents: An Appreciation", disponível em: <http://www.caldeson.com/RIMOS/heiner.html>

⁶ Haiku é um tipo de verso de origem japonesa caracterizado pelo diminuto número de palavras utilizado para exprimir uma mensagem. (N. T.)

⁷ James M. O'TOOLE – *Understanding Archives and Manuscripts*. Chicago: Society of American Archivists, 1990, p. 13-15; Sue McKEMMISH

– "Evidence of Me...". *Archives and Manuscripts*, vol. 24, n.º 1, May 1996, p. 28-45.

⁸ Jacques DERRIDA – *Archive fever: a freudian impression*. University of Chicago Press, 1996, p. 68.

⁹ Ibid., p. 2..

¹⁰ Ibid

¹¹ Eric KETELAAR – "Is everything archive", *Seminar presentation at Monash University*, Melbourne, 5 August 2002.

¹² Monica WEHNER e Ewan MAIDMENT – "Ancestral voices: aspects of archival administration in Oceania". *Archives and Manuscripts*, vol. 27, n.º 1, May 1999, p. 22-31; Carolyn STEEDMAN – *Dust*. Manchester University Press, 2001, p. 70.

¹³ James O'TOOLE – "The symbolic significance of archives". *The American Archivist*, vol. 56, Spring 1993, p. 234-255; e "Cortes's Notary: the symbolic power of records". *Archival Science*, 2, 2002, p. 45-61.

¹⁴ Jacques Le GOFF – *History and memory*. New York, Columbia University Press, 1992, p. 87-88.

¹⁵ Roberto ECHEVARRIA – *Myth and Archive: A Theory of Latin American Narrative*. Cambridge University Press, 1990.

¹⁶ Ver por exemplo Verne HARRIS sobre o papel do Serviço de Arquivos da África do Sul como «an important vehicle for Afrikaaner nationalist historiography, with the legitimation of white rule and the exclusion of oppositional voices being key objectives in the selection policy». Harris, *op. cit.*, 2002, p. 74.

¹⁷ Verne HARRIS, *op. cit.*, 2002, p. 69.

¹⁸ Antoinette BURTON – "Thinking beyond the boundaries: empire, feminism and the domains of History". *Social History*, vol. 26, n.º 1, 2001, p. 66.

¹⁹ Sue McKEMMISH e Frank UPWARD (ed.) – *Archival documents: providing accountability through recordkeeping*. Melbourne, Ancora Press, 1993.

²⁰ HARRIS é um escritor notavelmente prolífico. Uma selecção dos seus trabalhos mais significativos inclui: "The archive and secrecy in South Africa: A personal perspective". *Janus*, 1999:1, p. 7-12; "Knowing right from wrong: the archivist and the protection of people's rights". *Janus*, 1999: 1, p. 32-38; "Postmodernism and archival appraisal: seven theses". *South African Archives Journal*, vol. 40, 1998, p. 48-50; "On the back of a tiger: deconstructive possibilities in 'evidence of me'. *Archives and Manuscripts*, vol. 29, n.º 1, May 2001; "Of fragments and fictions: resisting neat archival theorising", comunicação apresentada num workshop da Universidade de Michigan, 2001; "A shaft of darkness: Derrida in the archive", comunicação apresentada num workshop da Universidade de Michigan, 2001; "Redefining archives in South Africa: Public archives and society in transition, 1990-1996". *Archivaria*, 42, 1996, p. 6-27; e *Exploring archives: an introduction to archival ideas and practices in South Africa*. 2.ª ed., Pretoria, National Archives of South Africa, 2000.

²¹ Terei ouvido alguém dizer que "elogio em boca própria é vitupério"?

²² Jacques DERRIDA – *Archive fever: a freudian impression*. University of Chicago Press, 1996.

²³ A tendência "neo-jenkinsoniana" é hoje em dia patente sobretudo no trabalho de Luciana Duranti e David Bearman e, de certa forma, na escola de pensamento australiana de "records

continuum". Para mais informação sobre esta questão ver Adrian CUNNINGHAM – "Beyond the pale? The 'flinty' relationship between archivists who collect the private records of individuals and the rest of the archival profession". *Archives and Manuscripts*, vol. 24, n.º 1, Maio 1996, p. 20-26; Adrian CUNNINGHAM – "Journey to the end of the night: custody and the dawning of a new era on the archival threshold". *Archives and Manuscripts*, vol. 24, n.º 2, Nov. 1996, p. 312-321; Terry COOK, "The impact of David Bearman on modern archival thinking: an essay of personal reflection and critique". *Archives and Museums Informatics*, vol. 11, 1997; Terry COOK – "Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage" –. In *Beyond the screen: capturing corporate and social memory: Proceedings of the Australian Society of Archivists Conference 2000*. Melbourne: ASA, 2001, p. 9-21; e Verne HARRIS – "Law, evidence and electronic records: a strategic perspective from the global periphery", comunicação apresentada no Congresso Internacional de Arquivos em Sevilha, Espanha, Setembro de 2000, disponível em: <http://www.archivists.org.au/sem/misc/harris.pdf>.